

1 Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Possui mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Professor Adjunto da UEMS, lecionando e orientando pesquisas nos cursos de Ciências Sociais (presencial e Ead) e no ProfHistória.
E-mail: rpalma@uems.br

2 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Unidade de Amambai.
E-mail: lucilene_17fernandes@hotmail.com

Artigo

EM UM NOVO LAR? EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO LAR DO IDOSO FREI FABIANO DE CRISTO (AMAMBAI-MS)

IN A NEW HOME? UNIVERSITY EXTENSION AT ELDERLY HOME FREI FABIANO DE CRISTO (AMAMBAI-MS)

Rogério da Palma¹

Lucilene Ramoa Fernandes Michenco²

Resumo

A modernidade, ao associar determinadas identificações sociais com estágios pré-definidos da vida, acabou por subalternizar a condição de envelhecer. As sociedades contemporâneas, por seu turno, transformaram o velho em idoso, mas, mesmo redefinindo um conjunto de estereótipos e construindo políticas públicas progressistas, não conseguiram promover uma relação menos assimétrica entre esse grupo e o restante da coletividade da qual fazem parte. Neste artigo, pretende-se expor as ações de extensão universitária realizadas junto ao Lar do Idoso Frei Fabiano, situado em Amambai/MS. Desenvolveu-se junto aos idosos estabelecidos nessa instituição atividades que visavam uma valorização da percepção que possuem sobre si mesmos. Através de entrevistas e ações recreativas, pode-se ter acesso à pluralidade de situações e trajetórias de vida que são uniformizadas sob a categoria “idoso”. Por fim, questiona-se até que ponto a ideia de “lar” faz sentido para os próprios asilados.

Palavras-chave: Idoso. Sociedade. Amambai.

Abstract

Modernity, by associating certain social identifica-

tions with pre-defined stages of life, ended up underestimating the condition of getting older. Contemporary societies, in turn, transformed old people into the elderly, but, even redefining a set of stereotypes and building progressive public policies, they were unable to promote a less asymmetric relationship between this group and the rest of the collectivity of which they are part. In this article, we intend to expose the university extension actions carried out at Lar do Idoso Frei Fabiano, located in Amambai/MS. Activities aimed at enhancing their perception of themselves developed with the elderly established in this institution. Through interviews and recreational actions, one can have access to the plurality of situations and life trajectories that are standardized under the “elderly” category. Finally, it is questioned to what extent the idea of “home” makes sense to the asylum seekers themselves.

Keywords: Eldery. Society. Amambai.

Introdução

O Lar do Idoso Frei Fabiano, situado no município de Amambai/MS, abrigava, entre os anos de 2015 e 2017, cerca de 40 idosos. Desses, cerca de dois terços são mulheres. A maioria deles era residente do próprio município, sendo que alguns provêm de outras cidades da região, como Coronel Sapucaia e Itacuru. O Lar é uma organização civil sem fins lucrativos e, embora leve o nome de um frei, não está vinculado a nenhum grupo religioso. A gestão cabe à Prefeitura Municipal de Amambaí, a qual o sustenta através de repasses. Parte da aposentadoria dos asilados e doações (geralmente de materiais) compõem o restante do orçamento. O Lar também realiza eventos ao longo do ano (a Feijoada anual, bailes da Terceira Idade etc.), os quais servem tanto para arrecadar fundos quanto para ampliar a sociabilidade dos asilados. Ao todo, a instituição conta com 14 funcionários permanentes – além do diretor, trabalham lá 1 secretária, 2 lavadeiras, 2 cozinheiras, 2 faxineiras, 4 enfermeiros, 2 cuidadoras e 1 fisioterapeuta.

As reflexões aqui apresentadas são resultado de atividades de extensão universitária realizadas nessa instituição. Essas ações fizeram parte de um projeto intitulado Cidadania ao envelhecer, realizado entre 2015 e 2017 junto ao curso de Ciências Sociais da UEMS/Amambai. Primeiramente, abordaremos a relação entre sociedade e envelhecimento, demonstrando como essa última está longe de ser uma condição meramente biológica. Posteriormente, será analisado como a sociedade contemporânea trouxe novas perspectivas para o envelhecimento, criando termos como “terceira idade”.

Por fim, será realizada uma reflexão das atividades (culturais, educacionais desenvolvidas junto aos idosos do Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo.

Sociedade e envelhecimento

Análises recentes têm apontado que o envelhecimento da população é um fenômeno de dimensão mundial.

A população brasileira manteve a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada hoje pelo IBGE.

Em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões. Os 4,8 milhões de novos idosos em cinco anos correspondem a um crescimento de 18% desse grupo etário, que tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, com 16,9 milhões (56% dos idosos), enquanto os homens idosos são 13,3 milhões (44% do grupo)¹.

Tal situação decorre de dois fenômenos: das sucessivas quedas das taxas de fecundidade e da diminuição gradativa das taxas de mortalidade registradas nas últimas décadas. Esses dados, por sua vez, impõe a necessidade de se pensar o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às demandas específicas desse segmento social - saúde, educação, assistência social, enfim, condições dignas de vida -, haja vista que boa parte deles enfrenta uma série de dificuldades ao alcançarem esse estágio da vida. Isso porque, de um modo geral, o processo de envelhecimento é um campo marcado por múltiplas tensões, sejam elas de ordem socioeconômica, cultural e/ou psicológica. As representações sociais que recaem sobre o rótulo social de idoso tendem a questionar a utilidade do mesmo dentro de uma teia de conflitos intergeracionais, os quais quase sempre levam à subalternização dessa categoria.

Sendo assim, cabe-nos, primeiramente, discorrer acerca das configurações sociais que levam a essa marginalização da pessoa idosa nas sociedades ocidentais. Simone de Beauvoir afirma que não é fácil circunscrever uma concepção bem definida para a velhice, especialmente quando se leva em conta a estreita interdependência dos pontos de vista biológicos, psicológicos e sociais que circundam o indivíduo (BEAUVOIR, 1990). É impossível, nesse sentido, estabelecer limites claros e rígidos que, isoladamente, possam conceituar o que são o envelhecimento e a velhice. Em último caso,

¹ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em 25 de maio de 2020.

deve-se estar atento ao contexto histórico-social no qual essas categorias são operacionalizadas. Assim como as fases do curso de vida, o corpo é uma construção social que só pode ser compreendido no interior da cultura que o produz. É sobre ele que a sociedade marca pertencimentos e exclusões, e é nele e com ele que cada um de nós constrói nossa história e nossa identidade.

Embora sejam apresentadas como critérios simplesmente objetivos, as categorias de idade com as quais o mundo ocidental moderno está familiarizado, baseadas na medição da vida em períodos cronológicos, etapas que se sucedem em ciclos biológicos e apresentam características exclusivas a cada uma, são resultado de um desenvolvimento longo e irregular. Cada sociedade humana, ancorada em sua história, organização e cultura, constrói seus próprios critérios, simbolizações, significados e valores aos quais seus membros são submetidos, não sendo a idade, necessariamente, um deles. Atribui-se, a cada grupo que nomeia dadas características, funções e necessidades exclusivas, estabelecendo um saber especializado sobre eles e, de acordo com seu grau de evolução, transforma-os em alvo de condutas assistenciais, políticas e mercadológicas específicas (BEAUVOIR, 1990; BOSI, 1994; DEBERT, 1998; MAFFIOLETTI, RIBEIRO, ROCHA, 1999).

A periodização da existência, ou seja, as idades da vida, foi expressa, segundo Ariès (1973), de diferentes maneiras desde a Grécia antiga até os dias atuais. A utilização da idade cronológica é uma construção relativamente recente, a qual começou a esboçar-se com o vislumbra da infância enquanto um período singular da vida, que, por sua imaturidade biológica e psicológica, demandava cuidados e orientação também singulares. Desde então, a idade tornou-se institucionalizada, determinando a inclusão ou exclusão do indivíduo em relação a determinados papéis sociais. O surgimento de categorias etárias relaciona-se intimamente com o processo de ordenamento social que teve curso nas sociedades ocidentais durante a época moderna. A partir do século XIX surgem, gradativamente, diferenciações entre as idades e especialização de funções, hábitos e espaços relacionados a cada grupo etário. Desse modo, o reconhecimento da velhice como uma etapa única é parte tanto de um processo histórico amplo – que envolve a emergência de novos estágios da vida como infância e adolescência –, quanto de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social como um todo.

Sendo assim, aquilo a que nos acostumamos chamar de infância, adolescência, maturidade e velhice, é, na verdade, a elaboração simbólica de um processo biológico, tecida pelos elementos culturais e históricos de um povo

ou comunidade. A maneira como esses períodos são vistos e interpretados pela sociedade, a posição que nela ocupam, o tratamento que lhes é dispensado pelas demais gerações, são determinados e coloridos pelos contextos históricos, sociais e econômicos em que vive cada cultura (DEBERT, 1994). De modo mais preciso, pode-se dizer que a estabilização das categorias etárias deu-se ao longo do século XIX, de modo que, no século XX, pôde-se observar uma maior uniformidade no interior dos grupos etários através da demarcação razoavelmente precisa da transição entre diferentes idades e a institucionalização de ritos de passagem, como o ingresso na escola e na universidade e a aposentadoria (HAREVEN, 1995). A institucionalização da velhice deve ser vista, portanto, sob o contexto em que as “idades da vida” se tornaram mais claramente delimitadas. Como vimos, esse processo histórico foi caracterizado pela demarcação não apenas da velhice, entendida enquanto estágio distinto do ciclo de vida, mas de outras categorias etárias, como a infância e juventude, que se tornaram objetos de práticas e processos institucionais específicos - como a pediatria e a pedagogia, por exemplo (KATZ, 1996). Tal institucionalização favoreceu a formação de identidades etárias que passaram a definir, por meio de características de conduta, crenças, hábitos corporais e ideais de satisfação, a experiência de ‘habitar’ cada uma dessas etapas da vida. De fato, ser criança, adolescente ou adulto constitui grande parte da identidade dos sujeitos modernos. A crescente institucionalização das etapas da vida e o processo de identificação dos sujeitos com as categorias etárias atingiram praticamente todas as esferas da vida social, fazendo-se presentes no espaço familiar, no domínio do trabalho, nas instituições do Estado, no mercado de consumo e nas esferas de intimidade.

A velhice, portanto, é uma construção social, uma produção histórica, assim como os demais tempos da vida. Uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice. Um dos fatores que contribuíram decisivamente para a construção social da velhice foi, sem dúvida, a formação de novos saberes médicos que investiram sobre o corpo envelhecido. Na virada do século XIX para o século XX, a Medicina tomou-se de interesse pela velhice como um processo que associava o avanço dos anos não apenas ao enfraquecimento ou declínio geral, mas também a condições corporais específicas, inspirando, com isso, o desenvolvimento de um conhecimento médico baseado na idade. Em sua esteira, surgiu a geriatria, que tomou para si o encargo de edificar um corpo de saber médico-científico que caracterizasse e distinguisse essa etapa do curso da vida. Com o avanço da Medicina e sua crescente transformação em áreas especializadas

de saber, as quais, desde a Revolução Francesa, se haviam posto a serviço da ordem social, coube à geriatria oferecer o material de suas observações e descobertas sobre o processo de envelhecimento, colocando-os a serviço da reestruturação do espaço social. Com sua colaboração, a gestão da velhice tornou-se encargo do Estado, deixando de restringir-se exclusivamente ao âmbito da família e da sociedade – ou de ser alvo, unicamente, de filantropia –, para tornar-se uma questão pública (DEBERT, 1996).

A geriatria, por seu turno, não só distingue a velhice das outras etapas da vida, mas também a define como decadência física. Desde o seu surgimento, a metáfora médica da velhice passou a exercer acentuada influência social, definindo não somente o envelhecimento físico como também as representações sobre a experiência de envelhecer. É nessa direção que surgirão uma série de práticas sociais voltadas ao rejuvenescimento. Todos os investimentos constantemente realizados para a contenção desse processo, para o seu atraso, retardamento ou controle, indicam que o corpo velho é o elo fraco da corrente no projeto de uma sociedade eternamente jovem. Sendo o corpo velho uma fraqueza, ele passa a ser marcado pela subalternização, representa o oposto ao ideal corporal do poder, desejado pela sociedade capitalista e vendido pela indústria da beleza. O corpo velho é visto como inadequado e impróprio. Entender essa representação social só é possível através do conhecimento da sociedade e da cultura que a construiu. Conforme afirma Magnani (2001, p. 18), “o corpo não é apenas um suporte de símbolos, mas ele próprio é uma construção social e só se torna inteligível no imaginário e quadro conceitual de cada cultura em particular”.

A dimensão social na Modernidade “encontra-se centrada na juventude, como mito e como valor que orientam a percepção de mundo e a compreensão possível da vida” (GUSMÃO, 2001, p. 113). Nossa sociedade mitificou e mistificou a juventude como o melhor tempo da vida. Suas características são exemplo e devem ser copiadas pelas demais fases da vida (MUCIDA, 2006, p. 85). De acordo com tal posicionamento, o corpo velho representa o desvio, a falha, sendo então marcado pela exclusão.

Por outro lado, por mais que a lógica de mercado ofereça recursos tecnológicos que retardem as marcas do envelhecimento nos corpos, não é possível fazer com que elas não se inscrevam, uma vez que o limite se impõe. O corpo envelhecido já não responde como antes às maquiagens, às próteses, ao ritmo acelerado, por mais que se tente impedir há um limite para o adiamento das marcas da velhice. Segundo Mucida (2006, p. 14), o novo mal-estar da cultura é “envelhecer em um mundo permeado pelo imperativo do novo”, onde o corpo idoso é o avesso do modelo corporal do poder.

Há a desvalorização do saber dos mais velhos em favor do novo, da beleza e da juventude (MUCIDA, 2006, p. 80). O conhecimento e a sabedoria, que já foram qualidades associadas à velhice, parecem atualmente já não ser mais. Isso se deve, dentre outros motivos, ao contexto capitalista no qual vivemos, que possui valores ligados às características dos jovens como rapidez, força, produtividade, padrão corporal. O velho representa uma ameaça à ordem social capitalista, posto que não é mais produtivo ao capital e está em descompasso com o imperativo do “tempo é dinheiro”. E por isso ele é relegado: por possuir características muitas vezes opostas às exigidas pelo sistema, que não o permitem mais ser tão apto ao trabalho como era quando jovem. Para Mucida (2006, p. 80), “nada é mais pernicioso para a velhice do que o discurso capitalista atual”.

A produção do discurso antienvelhecimento decorre de uma dinâmica humana que controla, organiza e distribui esses discursos estabelecendo poderes e saberes à medida que aponta alguns perigos. É notório que nem tudo pode ser anunciado e aceito. Nesse contexto, a chamada indústria da juventude ou do rejuvenescimento oferece diferentes meios para retardar os efeitos do envelhecimento e para camuflar as marcas da velhice deixadas nos corpos. A promessa do mercado é a de que “a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas” (DEBERT, 1999, p. 43). Segundo Debert (1999, p. 65), é divulgado pela linguagem pública “um novo elenco de formas de manutenção corporal, envolvendo comidas saudáveis, vários tipos de ginástica, vitaminas e uma parafernália de remédios também a indicar claramente como ‘os que não se sentem velhos’ devem comportar-se”. Na sociedade moderna atual, pode-se dizer, vivemos o paradoxo de aspirar uma vida mais longa ao mesmo tempo em que recusamos as marcas e as fraquezas do envelhecimento e da velhice.

Da velhice à terceira idade

O surgimento da categoria “terceira idade” é considerado, pela literatura especializada, uma das maiores transformações por que passou a história da velhice. De fato, a modificação da sensibilidade investida sobre a velhice acabou gerando uma profunda inversão dos valores a ela atribuídos: antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, ela passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, hobbies e habilida-

des, bem como ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família. Ultimamente, essa multidão de anônimos marcados por sua velhice - um grupo supostamente homogêneo em características e necessidades -, tem sido o foco de uma tentativa de mudança do discurso gerontológico, que, de forma fragmentada, busca transformar as ideias sobre a velhice e o envelhecimento - as quais ele mesmo ajudou a construir -, desenhando novas perspectivas e alternativas de qualidade de vida para essa geração. A criação da “terceira idade”, com seu começo aos sessenta e cinco anos, coincidindo com a aposentadoria, regulamentada, assistida e orientada pelos diversos “departamentos” da vida humana, é uma consequência desse novo olhar em construção - ou reconstrução - sobre a velhice e o envelhecimento. Tal designação tentaria apagar o lado sombrio de uma etapa que amedronta a todos nós,

Dentro desse novo discurso, a designação “velho” não é mais adequada para nomear esses “jovens senhores” e seu novo estilo de vida. Surge, desse modo, a denominação “idoso”, mais respeitosa e distintiva das camadas médias. Peixoto (1998) analisa a passagem do uso de “velho” para o ‘idoso’, tanto na França como no Brasil, e mostra a transformação do uso público das expressões relacionadas ao envelhecimento. O termo velho estava fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado para designar de modo pejorativo sobretudo os velhos pobres. A partir da década de 1960, o termo começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por idoso, o qual seria, de acordo com muitas versões, menos estereotipado. Ao mesmo tempo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice associada à arte do bem viver. Surge o termo terceira idade, que torna pública, estabiliza e legítima a nova sensibilidade investida sobre a velhice. Parece clara a contribuição decisiva dessa nova denominação para criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice. Ao comentar o cenário brasileiro, Peixoto (1998) argumenta que a introdução da noção de terceira idade representa uma importação das denominações adotadas pelas políticas públicas francesas, sendo o termo velho gradativamente substituído por idoso nos documentos oficiais. Entretanto, as ambiguidades próprias à nossa realidade fizeram com que certas imagens ganhassem sentidos mais sutis, tanto que o termo velho parece se manter, sendo comumente utilizado para designar pessoas velhas pertencentes às classes populares, enquanto idoso, um termo supostamente mais respeitoso, é utilizado para aqueles de classes médias e superiores.

É nesse ponto que a problemática da “velhice” torna-se uma questão propriamente política. O envelhecimento acentuado da população é tido como um problema, pois a sociedade não se vê preparada para receber esse contingente populacional que exige demandas sociais próprias. As décadas de 1980-1990 foram férteis, no Brasil, na criação de leis e ações sociopolíticas voltadas à pessoa idosa. Surgiu-se uma maior visibilidade em razão da transição demográfica, mas, também, pela presença de velhos no cotidiano da mídia em manchetes e matérias sobre questões que os envolviam. Contudo, somente a partir da década de 1990 constata-se o aumento de programas destinados aos idosos brasileiros, tais como o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (PAME) e a Política Nacional do Idoso (PNI). A Agenda 21 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida em 1992 – colocou os velhos como integrantes dos grupos vulneráveis, ao lado dos pobres urbanos e rurais, populações indígenas, crianças, mulheres, desabrigados, doentes terminais e incapacitados. Com o intuito de criar um conjunto de direitos voltado à proteção especial dessa população, foi instituído no Brasil, em 2003, o Estatuto do Idoso. Nele, ficou caracterizado como obrigação da família, do Poder Público e da sociedade a garantia dos direitos básicos dos idosos. Através desses programas, o velho/idoso tornou-se, concretamente, um sujeito político, no sentido de se configurar enquanto um grupo que, devido ao processo de subalternização que vivencia em nossas sociedades, exige demandas políticas específicas para a garantia da sua cidadania.

Na cultura ocidental, portanto, a velhice se diferenciou como uma etapa do curso da vida, ganhando contornos próprios, até tornar-se uma das “ameaças” para a economia das nações. De certa forma, o surgimento da “terceira idade” pode ser considerado como uma tentativa de rompimento com as imagens negativas da velhice que, como vimos, predominavam no início do século. Diferentemente da “velhice”, a “terceira idade” se caracterizaria por ser uma fase da vida em que as pessoas aproveitariam intensamente o seu tempo, na busca de realizações pessoais. O lazer, os cuidados com o corpo e a saúde, a ampliação do círculo social e até mesmo o exercício da sexualidade parecem estar presentes nessas novas representações sociais do envelhecimento. Os termos são importantes: a “velhice” é substituída pela “terceira idade”, e os “velhos” tornam-se “idosos”. Essa mudança de discurso, por sua vez, pode trazer sérias consequências para aqueles que não se encaixam nesses novos padrões. Talvez a pouca visibilidade das instituições asilares nos dias atuais esteja relacionada a tal transformação, uma vez que a população institucionalizada dificilmente se encaixa nos estereóti-

pos acerca da terceira idade. Desse modo, ao invés dos asilos, os jornais preferem divulgar as novas formas de institucionalização do “idoso” - centros de convivência, universidades da terceira idade e outros.

Os idosos asilados e suas múltiplas experiências

Durante a realização das ações de extensão universitária, uma das principais dificuldades esteve no fato de se lidar com um público-alvo em situações bastante heterogêneas. A condição física e psicológica dos asilados é plural. Três deles estavam acamados, outros eram cadeirantes e vários tinham dificuldades de locomoção. Poucos se encontravam em condições plenas de mobilidade. Alguns estavam bastante lúcidos durante as visitas, mas outros apresentavam dificuldades de comunicação ou lapsos de memória. Diante disso, não foi possível elaborar atividades mais integrativas, que fossem realizadas em grupo. Procurou-se realizar atividades individuais, de acordo com as especificidades de cada idoso.

Durante os nossos primeiros encontros, resolvemos fazer uma pesquisa exploratória, a fim de conhecer a realidade do Lar e dos asilados. O objetivo, também, era o de nos apresentar. Os idosos estavam acostumados com as visitas de grupos religiosos, os quais conversavam e realizavam orações, ou então de doadores e indivíduos que vinham levar algum tipo de entretenimento. Geralmente, música e/ou dança. A presença de alunos e professores universitários lhes era estranha. Não entediam qual seria o interesse da universidade em um “grupo de velhos”. Contávamos a eles que, atualmente, existia até a “Universidade da Terceira Idade”, um ramo universitário voltado exclusivamente para os idosos. Na verdade, a própria universidade era uma instituição distante da realidade dessas pessoas. Alguns até tinham filhos ou neto que frequentaram ou frequentam o ensino superior. A maioria, todavia, era analfabeta ou tinha escolaridade baixa. Tal situação deixa pistas sobre como o capital cultural pode ser determinante não apenas para a trajetória no mercado de trabalho, mas também quando as pessoas deixam esse universo.

A situação complicava ainda mais quando tentávamos explicar o que se estudava em um curso de Ciências Sociais, disciplina que eles nunca tinham ouvido falar. Provavelmente, ficaram com a impressão de que, assim como outros, estávamos exercendo uma atividade puramente de filantropia. Até mesmo entre os visitantes e funcionários, a presença da universidade constituiu uma novidade. Diversas vezes, ouvimos a seguinte pergunta: “você pertencem a qual grupo religioso?”. Nesse ponto, as ações de exten-

são cumpriram seu objetivo, demonstrando que o trabalho da universidade está para além de seus muros, não se restringindo a uma formação baseada somente em aulas. Isso foi importante especialmente em relação à visibilidade do curso de Ciências Sociais. Os poucos que já sabiam da sua existência, associava-o a um conhecimento simplesmente teórico. “Serve para ser professor”, disseram alguns. Através das nossas ações, puderam perceber que o cientista social é capaz de realizar intervenções práticas; que o seu conhecimento pode ser aplicado.

Em um segundo momento, procuramos conhecer os idosos. Entender suas histórias de vida e procurar saber o que motivou a ida ao Lar, a fim de se pensar em estratégias de ação. A primeira impressão é a de que muitos apresentavam desmotivação, falta de perspectiva, instabilidade emocional e limitações físicas. Em torno de 15 idosos participaram das atividades como artesanato, desenho, ouvir música, brincadeiras. Para a realização de artesanatos, levamos material e confeccionamos, com a ajuda de alguns asilados, pequenos produtos como porta objetos, enfeites, copos e embalagens para presentes. Para os idosos, tais atividades propiciaram uma possibilidade de serem ativos em uma realidade que os relega a uma situação de quase completa dependência. A perda da autonomia, nesse sentido, afeta diretamente a autoestima dessas pessoas. A confecção de artesanato, além de possibilitar novas formas de comunicação, pode possibilitar esse autorreconhecimento. No caso dos desenhos, as ações tornaram-se ainda mais interessantes. Com o passar do tempo, estávamos mais familiarizados com o público-alvo, criando um ambiente com melhores condições para as nossas ações. Sentíamos mais livres para propor novas atividades sem sermos invasivos. Através dos desenhos, os asilados foram capazes de expressar memórias do seu passado. É através das memórias que construímos as narrativas que sustentam nossas identidades pessoais e coletivas. As identidades, todavia, são ambivalentes. Alguns idosos compartilharam memórias de momentos tristes, enquanto a maioria se sentiu bem ao expressar-se através de desenhos. Tais intervenções estimularam parte dos mesmos a uma busca contínua para as artes, assim como levou esperança e até um sentido de vida – mesmo que pontual - para alguns.

Do ponto de vista sociológico, a parte mais importante das atividades foi a de conhecer um pouco da trajetória de vida dessas pessoas, as quais puderam ser captadas por meio de entrevistas consentidas. AMR, de 96 anos, estava há 8 meses no Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo. Foi para lá quando o esposo faleceu, pois, segundo ela, nem o filho nem a nora tinham “condições de cuidar dela”. Ela afirma gostar da vida no Lar do Idoso, uma vez que

é bem tratada. AMR diz não receber visitas, pois todos eles já faleceram. Não toca mais no nome do seu filho. A dificuldade em falar de determinados assuntos fica visível em algumas entrevistas. A perda de contato com seus laços sociais parece sempre caracterizar uma situação de abandono. De um modo geral, as condições que trouxeram os asilados ao Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo é sempre a mesma: incapacitados de exercerem sua autonomia, tanto do ponto de vista físico/mental como social, eles acabaram sendo transferidos para uma instituição especializada. Alguns já haviam rompido ou perdido seus laços familiares antes mesmo de se transferirem, enquanto outros, ao terem o seu poder de decisão dentro da própria família corrompido, foram mandados para o abrigo.

No Brasil, o modelo asilar está longe de ter sido abandonado. O Brasil conta, atualmente, com pouco mais de 5.500 ILPIs (Instituições de Longa Permanência de Idosos), sendo apenas 238 delas públicas e a maioria de origem filantrópica². Os asilos surgiram na Idade Média como a instituição onde eram abrigadas pessoas consideradas doentes mentais, as quais, de acordo com a percepção da época, precisavam ser excluídas da convivência em sociedade. Acreditava-se que “loucos” e “desviantes” – entre elas os velhos – tinham de ser isolados. Embora hoje em dia eles sejam encarados pelo Poder Público como uma modalidade de serviço assim como escolas, creches e hospitais, a história da instituição continua corroborando a imagem dos asilos como um lugar precário e onde ocorre o isolamento dos abrigados. Perdendo seu poder de decisão no âmbito da família – perda esta que, na grade maioria dos casos, está ligada, conforme mencionado acima, ao fato de muitos velhos não corresponderem aos anseios e expectativas das sociedades modernas - milhares de idosos brasileiros dependem da ILPIs para tentarem levar uma vida minimamente digna.

MJF, 62 anos, há três anos no Lar do Idoso, já morava sozinha antes de ser asilada. Foi pra lá depois de sofrer uma queda na qual lesionou uma das pernas. Segundo ela, como não tinha ninguém para “cuidá-la”, resolver ir morar no Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo. Ela afirma não gostar da vida na instituição, mas faz questão de agradecer o trabalho dos funcionários. Considera ser bem tratada. Para justificar a sua classificação negativa do Lar do Idoso, destaca que “não gosta que mexam nas suas coisas”. Tal situação pode incomodar alguns idosos. Se, para muitos daqueles que se encontram em instituições asilares, a possibilidade de se alargar os contatos sociais é

2 Disponível em <<http://conselhos.piracicaba.sp.gov.br/cmi/2014/11/18/casa-de-reposouso-ou-casa-da-gente-qualidadedevida-direitodoidoso/>>. Acessado em 25 de maio de 2020, às 15 horas.

enxergada de maneira positiva, outros não enxergam com bons olhos o fato de ter de dividir espaço com pessoas desconhecidas. Parece ser o caso de MJF. Ela morava sozinha e, de repente, teve de compartilhar quarto e uma casa onde circulam, diariamente, no mínimo 50 pessoas. Ela considera uma invasão de privacidade “mexerem nas suas coisas”. Por fim, MJF diz, emocionada, receber poucas visitas. Apenas algumas vezes os filhos aparecem e a levam “pra passear”.

ZMR, 63 anos, também teve dificuldades para se relacionar com companheiros asilados. Foi isso que a levou, em 2013, ao Lar do Idoso Frei Fabiano de Cristo. Ela residia em um Lar do Idoso em Ponta Porã, município localizado a 90 Km de Amambai, quando teve uma desavença com outra idosa e, de acordo com ela mesma, pediu para ser transferida. ZMR já morava sozinha há muito tempo. Perdeu a mãe quando tinha apenas 12 anos. Teve duas filhas. Uma mora no Japão e outra, em Corumbá – município sul-mato-grossense distante 700 km de Amambai. As duas foram criadas pela avó paterna e sequer sabem que, atualmente, a mãe vive em uma instituição asilar.

Considerações finais

É difícil mensurar o impacto de uma ação de extensão universitária como esta. Na maioria dos casos, fomos bem tratados e sentimos que estávamos auxiliando na promoção da autoestima dessa população³. Vários deles sempre pediam para que voltássemos. Sempre partimos da premissa de que a extensão universitária não é ação assistencialista ou voluntária, mas sim um trabalho participativo, horizontal, no qual diferentes interlocutores compartilham seus saberes na formação de uma visão global e integrada acerca dos problemas sociais. No entanto, há de se considerar os limites. Até que ponto visitas pontuais são capazes de enfrentar um problema que, como vimos, é estrutural em nossa sociedade? A palavra “cuidado”, tão repetida nas entrevistas, revela toda a condição de vulnerabilidade dessas pessoas que perderam a própria autonomia.

No que diz respeito aos estudantes de Ciências Sociais que fizeram parte das atividades realizadas junto ao Lar do Idoso Frei Fabiano, a participação foi positiva. Através das ações de extensão, eles puderam visualizar os ensinamentos aprendidos na universidade. A participação no projeto possi-

³ Houve casos de idosos que se recusaram a participar das atividades ou dar entrevista. Tais recusas, todavia, foram sempre respeitadas e interpretadas a partir do contexto psicossocial no qual esses indivíduos se encontravam.

bilitou a estimulação de uma “imaginação sociológica”⁴ entre os alunos. Ao analisarem a situação dos idosos asilados, os estudantes conseguiram perceber que a condição individual de cada um depende das relações sociais nas quais os sujeitos estão (ou não) inseridos; que as trajetórias individuais sempre dependem do coletivo. Nesse sentido, o projeto de extensão junto ao Lar do Idoso propiciou aos acadêmicos participantes a observação e a intervenção prática junto a um dos temas mais debatidos em sala de aula: as desigualdades sociais que assolam a sociedade brasileira. Puderam perceber ainda os efeitos psíquicos do estabelecimento de interações sociais horizontais. O “lar”, palavra que visa substituir o termo “asilo”, não consegue, para muitos dos idosos asilados, alcançar o verdadeiro significado nesse termo. Lar remete à construção afetiva de um lugar enquanto a sua moradia permanente. Com foi possível perceber na fala de alguns deles, não há uma identificação do “Lar do Idoso” como seu local de pertencimento. A instituição serve para tentar amenizar um problema social: abrigar aqueles que foram descartados do seu antigo lar.

Referências

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

BEAUVOIR, S.. **A Velhice**. RJ: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. RJ: Companhia das Letras, 1994.

DEBERT, G. G. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice. In **Antropologia e Velhice**, Textos Didáticos. SP: IFCH/UNICAMP. 1994

DEBERT, G. G. As Representações (Estereótipos) do Papel do Idoso na Sociedade Atual. In: **Anais do I Seminário Internacional Envelhecimento Populacional: uma Agenda para o Final do Século**. DF: MPAS - SAS, 1996.

4 “A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. (...) O primeiro fruto dessa imaginação - e a primeira lição da ciência social que incorpora - é a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias em que ele.(...) A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas [...]” (MILLS, 1975, p.11-12).

DEBERT, G. G. A Antropologia e o Estudo dos Grupos e das Categorias de Idade. In: **Velhice ou Terceira Idade?** Barros, M.M.L. org. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp.49-67.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**. SP: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1999.

GUSMÃO, N. M. M. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento**: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papyrus, 2001

HAREVEN, T. **Changing images of aging and the social construction of the life course**. In: Featherstone, Mike; Wernick, Andrew (Org.). Images of aging: cultural representations of later life. London: Routledge. p. 119-135. 1995.

KATZ, S. **Disciplining old age**: the formation of gerontological knowledge. Charlottesville: University Press of Virginia. 1999.

MAFFIOLETTI, V. L. R. RIBEIRO, B; ROCHA, O. L. O Velho: um Novo Problema? In: **Cadernos Pestalozzi** – n.2. RJ: Nota Bene Editora, 1999.

MAFFIOLETTI, V. L. R. Velhice e Família; reflexões clínicas. **Revista Psicologia**: Ciência e Profissão, , Brasília, v.15, n.3, p. 336-351, 2005.

MAGNANI, J. G. C. Antropologia e Educação Física. In: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Kátia (Orgs.). **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 17-26.

MILLS, C. W. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece**: psicanálise e velhice. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade... In: Barros, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV. p.69-84. 1998.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. Rio de Janeiro, **Revista História, Ciências, Saúde**, v.15, n.1, p. 155-168, janeiro-março de 2008.

WORLD Health Organization. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

Recebido em: 01 de junho de 2020.
Aprovado em: 05 de agosto de 2020.